

EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS E SEUS PROJETOS

MARY RANGEL



contexto
educação

RESUMO

Este estudo visa oferecer ao leitor informações e reflexões que contribuem à aproximação e ao diálogo, entre todos aqueles que assumem, formalmente ou não, o trabalho educacional. Apresenta-se aqui uma análise crítica do voluntariado, frente ao compromisso do Estado com as questões públicas e o compromisso da educação com os direitos de cidadania. Com esse interesse, focalizam-se projetos de organizações da sociedade civil (OSCS), encaminhados à Secretaria de Desenvolvimento Social do município do Rio de Janeiro, para implementação, em 2001, em favelas.

Palavras-chave: educadores sociais voluntários, projetos, trabalho educacional, favelas.

Aceito para publicação em janeiro de 2002

EDUCADORES SOCIALES VOLUNTARIOS Y SUS PROYECTOS

Resumen: *Este estudio brinda al lector informaciones y reflexiones, que contribuyen al acercamiento y al diálogo, entre todos aquellos que asumen, formalmente o no, el trabajo educacional, aprovechándose esse encuentro para una análisis crítica del voluntariado, delante al compromiso del Estado con las cuestiones públicas y el compromiso de la educación con los derechos de ciudadanía. Com esse propósito, se enfocan proyectos de organizaciones de la sociedad civil (OSCS) dirigidos a la Secretaría de Desarrollo Social de Rio de Janeiro, para implementación, em 2001, em chabolas.*

Palabras-clave: *educadores sociales voluntarios, proyectos, trabajo educacional, chabolas.*

SOCIAL VOLUNTEERS EDUCATORS AND THEIR PROJECTS

Abstract: *This essay intends to present the reader information and reflections which contribute to the approach and to the dialogue among those who take over, formally or not, the educational work, leading to a critical analysis of the volunteers, face the State compromise with the public questions and the education compromise with the citizenship rights. With that interest, the civil society organizations projects are brought to focus, directed to the Social Development Secretary of the municipality of Rio de Janeiro, to be implemented in slums in 2001.*

Keywords: *social volunteers educators, projects, educational work, slums.*

Este estudo informa sobre como (com que propostas) OSCS envolvem-se com a educação e trabalham com ela e por ela, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida, com atenção a populações que não a têm, em níveis de dignidade e cidadania: populações faveladas.

Desse modo, propõe-se uma consideração especial aos projetos educacionais das OSCS e às trocas e interlocuções que, com seus educadores sociais voluntários, podem ser estabelecidas ou aprimoradas, observando-se a necessária atenção aos princípios e critérios do compromisso público, profissional, que orientam as relações entre trabalho e educação, numa visão mais ampla de emancipação, que supera a de assistencialismo.

Por “educadores sociais voluntários” entendem-se, neste estudo, aqueles que assumem as lideranças da OSCS e obtêm, mediante contrato ou adesão voluntária, a participação de pessoas em projetos socioeducacionais, que incorporam, associativamente, atividades de complementação escolar, arte, cultura, esporte, trabalho e lazer, conforme podem ser observadas na descrição de suas propostas.

AS PROPOSTAS

Neste segmento, se oferecem ao leitor, descritivamente, elementos pontuais das propostas das OSCS, em cada projeto, cuja duração, em todos os casos, é prevista, inicialmente, para doze meses.

O leitor tem aqui um panorama das ações e intenções e pode observá-las na sua semelhança e compreender não só suas dimensões de alcance e mobilização social, como as preocupações que justificam e motivam a análise crítica, que se sucede à descrição das propostas das OSCS e se enfatiza nos comentários finais deste texto.

Inicia-se, então, com o Projeto “Negro Som”, oferecido à Comunidade da Grota, na Serrinha, em Madureira (bairro do Rio de Janeiro, RJ), pelo Grupo Cultural “Jongo da Serrinha”.

O Grupo Cultural “Jongo da Serrinha” é uma associação composta pelas famílias mais antigas da comunidade da Serrinha, herdeira da tradição do jongo (dança dos escravos) e da vocação musi-

cal dos fundadores da Escola de Samba Império Serrano. Há trinta e cinco anos, esse grupo pesquisa e divulga as tradições afro-brasileiras do Rio de Janeiro e trabalha na formação de músicos populares, e no fomento de atividades artísticas nas favelas.

O grupo vem conseguindo espaços importantes na mídia; além de apresentações, os jovens do Jongo da Serrinha participam, também, de oficinas, debates, seminários, visitas a exposições de arte e peças de teatro.

O Jongo da Serrinha propõe-se a fortalecer e promover a cultura popular e a inserção social, no interesse de que os jovens não sejam absorvidos por dois pólos de marginalização e degradação pessoal: o narcotráfico e o subemprego.

Através do Projeto Negro Som, o Jongo visa, então, em 2001, atender, na Grota (localidade do Complexo da Serrinha), a trinta crianças e adolescentes de sete a quatorze anos, que estejam com problemas de rendimento e evasão escolar, ou em situação de risco social. O trabalho tem como referência a cultura afro-brasileira e busca:

- complementar a educação de crianças de famílias em situação de pobreza absoluta através de atividades culturais;
- proporcionar atividades que desenvolvam a curiosidade, a criatividade, a auto-estima e motivações artísticas;
- incentivar o retorno ou a permanência na escola, assim como o gosto pelo conhecimento, com atenção a crianças e adolescentes que tenham dificuldades no ensino formal;
- estimular a prática de manifestações culturais tradicionais, com o intuito de unir moradores de todas as faixas etárias, em torno da cultura dos mais idosos da comunidade, promovendo, também, a integração familiar.

O Complexo da Serrinha é considerado como uma das comunidades de maior potencial para o desenvolvimento de produtos culturais afro-brasileiros e de núcleos de produção artística, visando o mercado artístico, profissional.

O turismo gerado com os resultados do Negro Som vai reverter-se em renda para as famílias da comunidade, além de favorecer um intercâmbio cultural entre turistas e moradores.

A Associação Grupo Cultural “Jongo da Serrinha” estimula e incorpora o trabalho voluntário de jovens, envolvendo-os nas atividades e em reuniões de avaliação. Entre as atividades, incluem-se: aulas de ritmo de samba e de jongo, aulas de dança de samba e de jongo, aulas de ritmo afro, aulas de dança afro, acompanhamento escolar, aulas de matemática, aulas de português, aulas de inglês, palestras e projeção de vídeos educativos, reuniões para informação e diálogo com as famílias das crianças e adolescentes, passeios culturais, apresentações musicais e de dança, resultantes das aulas oferecidas.

As lideranças do Negro Som participam de cursos sobre formulação de projetos sociais e educacionais e captação de recursos. A equipe de profissionais voluntários procurou formar uma rede de possíveis apoiadores, entre organizações governamentais e fundações, no interesse de garantir a sustentabilidade do projeto. Nesse sentido, o Negro Som dinamizará as atividades, procurando oferecer visibilidade ao trabalho e atrair investimentos.

Também envolvendo educação, trabalho, cultura e arte, apresenta-se o Projeto “Pólo de Cultura e Conhecimentos”, da Associação “Henrique Ser” Produções Artísticas, oferecido, em 2001, à Comunidade do Dendê, na Ilha do Governador (Rio de Janeiro, RJ).

A Associação foi fundada em 1995. Seus projetos desenvolvem atividades artísticas, culturais, esportivas, educacionais e de saúde, numa perspectiva de desenvolvimento da auto-estima, do autoconhecimento e valorização social de seus participantes. A Associação já realizou quatorze projetos, que atenderam a oitenta e sete mil jovens.

A deficiência de espaços destinados ao lazer e a práticas esportivas, aliada à falta de escolas, no Dendê, levou a Associação “Henrique Ser” a propor o “Pólo de Cultura e Conhecimentos”, sediado no Centro Cultural Euclides da Cunha (Biblioteca Popular da Ilha do Governador), visando colaborar com a melhoria da qualidade de vida e de ensino dos jovens beneficiados e seus familiares.

O “Pólo” também está oferecendo complementação escolar a trinta jovens entre sete e quatorze anos, moradores da comunidade, no interesse de atenuar as carências sociais, decorrentes da sua situação de pobreza, e ampliar o seu nível de conhecimento.

As atividades culturais são: As oficinas de “Teatro – Interação”, “Teatro – Cidadania”, “Teatro – Direitos e Deveres”, “Teatro – Livre”, além de leitura de livros e jornais, interpretação de histórias, oficina de voz, oficina de dança e oficina de música. As atividades educacionais incluem interpretação de textos e “tira-dúvidas” curriculares, no sentido de reforço escolar. As atividades esportivas são as oficinas de iniciação à prática de vôlei, basquete e tênis.

As atividades de saúde desenvolvem-se através de palestras e atendimentos a pequenos grupos, que são orientados sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, com ênfase no HIV/AIDS, prevenção de cárie, prevenção de gravidez na adolescência e uso de métodos anticoncepcionais, prevenção ao uso de drogas, cuidados com o corpo, estética e beleza.

Os parceiros que colaboram na sustentabilidade do projeto são o Centro Cultural Euclides da Cunha, Biblioteca Popular da Ilha do Governador, Diretoria de Bibliotecas do Município, Secretaria Municipal de Cultura, ACIMT (Associação Centro de Inserção ao Mercado de Trabalho), Jornal “Ilha Notícias”, Ministério da Saúde, Unesco, Coordenação Nacional de DST e AIDS e pessoas do comércio local.

Ainda, com o mesmo tipo de mobilização, encontra-se o “Projeto Núcleo Comunitário de Vicente de Carvalho”, destinado, em 2001, a famílias desse bairro do Rio de Janeiro (RJ) e implementado pela Associação Beneficente São Martinho.

Criada em 1987, a São Martinho é uma entidade civil sem fins lucrativos, que trabalha com a causa da infância e adolescência em situação de risco social, no Rio de Janeiro e em Niterói (RJ). Desde a sua origem em 1987, a instituição vem conseguindo experiência e reconhecimento, conquistando o apoio de pessoas da sociedade civil, de empresas, da Unicef e de órgãos da administração pública, sendo que a sustentabilidade conta, principalmente, com recursos do seu quadro de sócios contribuintes.

Hoje, são mais de três mil crianças e adolescentes assistidos pela Associação, em quatro linhas de abordagem, que se caracterizam como emergenciais, preventivas, de defesa e de formação. A estrutura de atendimento inclui duas residências, dois complexos socioeducativos, um núcleo comunitário, um centro de treinamento

profissionalizante, um centro de defesa dos direitos da criança. Com essa estrutura, a São Martinho oferece acolhimento (nas residências), reforço escolar, oficinas de artes, assistência jurídica, serviço médico e odontológico e atividades profissionalizantes.

A proposta do Núcleo, em 2001, contempla a precariedade de recursos em Vicente de Carvalho e a situação de risco social na qual se encontram crianças e adolescentes do bairro. Especialmente nesse bairro, o projeto está atendendo a duzentas pessoas, entre crianças e adolescentes, na faixa de seis a dezoito anos, a quem são oferecidas atividades de reforço escolar, oficinas de vassouraria, congelados, artesanato, esporte, lazer, acompanhamento a famílias e três refeições diárias.

Nas atividades de reforço escolar, são focalizadas as matérias em que os alunos apresentam maior dificuldade, utilizando-se vídeos, com programas específicos dessas matérias, leitura em sala-ambiente e jogos didáticos.

Com frequência, realizam-se reuniões com os pais ou responsáveis. Oferecem-se atendimento e orientação individual aos jovens, todas as vezes em que é verificada a queda do desempenho, ou quando há solicitação das famílias.

No contato com as escolas da rede, realizam-se reuniões para análise de boletins de resultados, observando-se notas e frequência dos alunos.

Os parceiros envolvidos nas atividades são as escolas públicas, ambulatórios médicos, postos de saúde e Coordenadoria Regional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS/RJ).

Interessante, também, como projeto similar, o que se intitula Oficina de Badulaques e Cidadania, da Organização Não Governamental (ONG) “Central de Oportunidades”, que se dedica ao Morro dos Cabritos, no Rio de Janeiro (RJ).

A Central de Oportunidades foi criada em 1992, mas assumiu o caráter de ONG em 1996. A Central atende a crianças e adolescentes em situação de risco (sejam aqueles sem família ou os que têm família em situação de grave pobreza), visando a reinserção social, a capacitação e profissionalização de adolescentes e sua absorção no mercado de trabalho.

O Projeto, na atual fase, em 2001, dirige-se, especialmente, ao atendimento a meninas de onze a quatorze anos. Para esse atendimento, criaram-se espaços de convivência, nos quais realizam-se oficinas de artesanato (Badulaques), associando informação e formação. A principal motivação é a de alcançar os espaços de vida social das meninas (escola e família), buscando a mobilização de todos, para a prevenção da prostituição infantil.

Nas oficinas, discutem-se questões de gênero, tendo como eixos centrais princípios de saúde, sexualidade e cidadania, o fortalecimento da identidade, da auto-estima, a redefinição de valores, o estreitamento dos vínculos familiares e afetivos, o autoconhecimento, o desenvolvimento da criatividade e o reconhecimento de possibilidades de realização profissional.

Nas informações sobre saúde e sexualidade, observam-se o conhecimento do próprio corpo, a prática do sexo seguro, o controle de fertilidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, a importância da família, da escola, e de atividades culturais e de lazer.

Nos espaços de convivência, além da Oficina de Badulaques, oferecem-se:

- oficina de reforço escolar;
- oficina da família, com reuniões para análise de dificuldades, soluções e fortalecimento dos vínculos;
- oficina do corpo, na perspectiva de aumento da auto-estima, autoconhecimento e valorização.

A sustentabilidade conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e com apoios locais de empresas interessadas. O projeto tem parcerias com creches, com artistas plásticos e com a Sociedade Brasileira de Psicanálise.

Uma outra proposta que se intitula Projeto Criança, está sendo implementada na favela Comunidade Dois de Maio, em Botafogo, no Rio de Janeiro (RJ), pela Fundação Simonton para Fins Culturais.

A entidade mantenedora da Fundação Simonton para Fins Culturais é o Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR), que desenvolve atividades relacionadas às áreas de educação e saúde.

O IBMR vem prestando serviços às comunidades de Botafogo, Flamengo, Catete e Laranjeiras, através da promoção de colônias de férias para crianças, ou por meio de atendimento gratuito, nas clínicas que mantém.

Em 1992, o IBMR decidiu intensificar suas atividades sociais através da Fundação Simonton, que possui os seguintes órgãos filiados: Centro de Orientação e Capacitação da Infância, Clube de Apoio e Lazer da Terceira Idade, Centro de Prevenção e Reabilitação de Jovens Dependentes Químicos e Centro de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência.

O Centro de Orientação e Capacitação da Infância (Coci) mantém, então, em 2001, o Projeto Criança, que atende a sessenta e cinco crianças com dificuldades de aprendizagem e socialização, encaminhadas pela rede de doze escolas públicas municipais da Comunidade Dois de Maio.

A Fundação mantém parceria com a SMDS/RJ, para fornecimento de lanche às crianças, e com a indústria Latas de Metal S. A. (Latasa), objetivando o encaminhamento de latas de metal com vistas à reciclagem e troca por material de estudo para as crianças, bem como uma parceria com a Petrobrás, para a doação de material didático, distribuído pela empresa.

Para o atendimento, cada escola municipal, previamente cadastrada e consultada, encaminha à Coci as crianças que estejam apresentando dificuldades de aprendizagem e ambientação em suas escolas.

As atividades promovidas incluem:

- desenvolvimento da linguagem, através de músicas, narração de histórias e dramatização;
- desenvolvimento corporal, através do conhecimento das diversas partes do corpo e suas sensações, e atividades para o domínio das noções de direita/esquerda, sempre de forma lúdica;
- estímulos ao desenvolvimento do raciocínio lógico, à capacidade de abstração, de relacionamento, de atenção e memória, através de jogos de memória, quebra-cabeças, jogos de encaixes, dominós;
- discriminação de sons, através de instrumentos musicais;

- desenho, dança, capoeira, brincadeiras;
- noções de higiene;
- apoio nas dificuldades escolares;
- atividades ao ar livre, incluindo brincadeiras de roda, com cordas;
- atividades de laboratório de línguas, envolvendo noções básicas de língua espanhola;
- atividades na área de psicomotricidade, para desenvolver o conhecimento corporal e o equilíbrio.

As parcerias do Projeto incluem, além das escolas da rede pública, a Coordenadoria Regional de Educação, Institutos de Neurologia, Instituto Mercosul Brasil Social e Associação de Moradores da Comunidade Dois de Maio.

Ainda, um outro Projeto, Aprender fazendo: Espaço de Ação Complementar à Escola, da Assessoria de Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), realiza-se no Loteamento Ana Gonzaga, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

A AS-PTA é uma ONG fundada em 1989. Em 1996, foi reconhecida como entidade civil sem fins lucrativos e, em 1998, entidade de utilidade pública federal. Seu objetivo é contribuir ao desenvolvimento social, observando o paradigma técnico-científico da agroecologia, que aponta para três eixos estratégicos:

- combate à fome, à pobreza e à exclusão social no Brasil;
- a conservação dos recursos naturais e a recuperação ambiental de áreas poluídas ou desbastadas;
- a divulgação e promoção de padrões de organização socioeconômica, técnica e ambiental do espaço rural e urbano, fundados nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento social.

A AS-PTA ainda possui três escritórios regionais em Recife (Pernambuco), Esperança (Paraíba) e União da Vitória (Paraná). Ela se organiza na forma de programas e projetos, assim estruturados:

- Programa de Desenvolvimento Local da Paraíba;
- Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná;

- Programa de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Local em Mirandiba, em Pernambuco;
- Projeto Plantas Nativas do Nordeste;
- Projeto Agricultura Urbana no Município do Rio de Janeiro.

A AS-PTA conta com dois serviços ao público: o Setor de Publicações e o Centro de Documentação.

A motivação do atual Projeto (2001) encontra-se no problema da comunidade do Loteamento Ana Gonzaga, onde há muitas crianças e adolescentes de sete a quatorze anos na rua, evadidos das escolas, alguns em trabalhos informais e outros apenas ociosos, observando-se, em ambos os casos, situações de risco.

O Aprender Fazendo: Espaço de Ação Complementar à Escola visa, então, reconduzir essas crianças e adolescentes às escolas e desenvolver atividades lúdicas, artísticas, educativas, no horário complementar ao de aula, para que tenham alternativas à criatividade e manifestações culturais.

A AS-PTA propõe-se, em síntese, a ser um espaço a mais, além daqueles do ensino regular, no processo de educação ambiental e de assistência a meninos de rua. Assim, as atividades incluem orientação familiar, reinserção e reforço escolar, acentuando a importância da atenção a crianças e jovens no seu grupo social, familiar e comunitário.

As atividades estão divididas em três espécies:

- lúdico-recreativas, em que as crianças fazem esportes e jogos, nos quais trabalham com o corpo e a mente, psicomotricidade e socialização, incluindo gincanas, caminhada ecológica e atividades com bola, bastão e “bambolê”;
- artístico-culturais, com o propósito de incentivar a livre expressão, incluindo confecção de instrumentos musicais e brinquedos com sucatas, elaboração de histórias do cotidiano, sociodramas, danças folclóricas e pintura em tela para exposição e possível comercialização;

- sociopedagógicas, que trabalham a ambientação social e o desempenho escolar, através de exercícios de reforço da aprendizagem, leituras, oficinas de criação de histórias, pesquisas bibliográficas e de campo, práticas de horticultura, jardinagem e educação ambiental.

Os parceiros envolvidos são a Associação de Moradores do Parque João Wesley e Adjacências; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Chega-se, assim, ao final da leitura de seis projetos de OSCS, notando-se que é expressiva a dimensão do trabalho a que se propõem, o que deixa uma primeira preocupação, que é a do curto tempo (doze meses) para o seu desenvolvimento. Se os projetos não tiverem continuidade, sem dúvida terão importantes limitações e implicações, potencializadas por uma possível interrupção de processos e expectativas. Embora as organizações tenham um lastro de experiência, teme-se que, pela extensão de suas propostas específicas, conforme se apresentam nos seus projetos para 2001, o prazo não seja suficiente.

No que diz respeito à análise comparativa do tipo de atividades, observa-se que lazer, cultura, arte, esporte, trabalho e educação se associam, notando-se que a educação recebe ênfase especial.

É comum, também, aos projetos, a idéia de “reforço” ou “complementação” de estudos das crianças e jovens, num sentido compensatório às suas dificuldades escolares.

Esse trabalho das OSCS, cuja disposição é de grande alcance, tem caráter voluntário, inspirado em ações de apoio, ajuda, assistência a pessoas que se encontram em situação de pobreza e marginalidade social.

A avaliação de processo e resultado é feita por técnicos da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SMDS/RJ), sendo que, no exame inicial, para aprovação dos Projetos, a SMDS/RJ envolve professores da rede pública e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, mais que uma avaliação de controle institucional, o que importa, na verdade, é que os projetos das OSCS não se desenvolvam “em paralelo” ao que se faz na educação formal e, mais ainda, num sentido de “compensação” ou “solução” de problemas escolares e sociais.

O que se destaca, em relação a essas questões, é a necessidade de que não se percam de vista os fundamentos sociopolíticos da educação, o seu conceito de valor e de direito cidadão, *assim como as implicações desse direito nos deveres do Estado*. Por isso valoriza-se, sem dúvida, o humanismo e suas ações e movimentos, mas propõe-se que seja um “humanismo crítico, emancipador”:

Humanismo crítico, emancipador: La deshumanización es una expresión de la alienación y dominación, es la distorsión de la vocación de humanizarnos. La humanización, por el contrario, es un proyecto emancipador que exige procesos de transformación, de modificación de la realidad, siendo ésta una forma de experimentar lo que significa ser personas. (Guiso, 1998, p. 48)

Assim, a leitura que se faz é a de que esses movimentos (gratuitos e solidários) não só merecem atenção, pelo tom humano, social, que os inspiram, como merecem, também, atenção numa perspectiva de análise crítica.

Desse modo, reafirma-se a importância da consideração a projetos de OSCS, não só no sentido de ampliar o conhecimento sobre suas propostas e atividades, como no de estabelecer ou aprimorar, com os “educadores sociais voluntários” que os realizam, o diálogo, a aproximação, as trocas.

COMENTÁRIOS FINAIS

Finalmente, após esse percurso de informações sobre seis projetos de OSCS, pode-se reafirmar a constatação de que, em ações complementares e engajadas às das escolas, as organizações se mobilizam, reconhecendo o valor social da educação, associada à cultura, à arte, ao esporte, ao trabalho, ao lazer e à ampliação de oportunidades de convivência.

É, sem dúvida, relevante que os educadores *conheçam* esses movimentos, de onde partem, o que pretendem, o que oferecem, a quem, por que motivações e, principalmente, observem o princípio, enfatizado nas propostas e processos educacionais, da emancipação social, que leva a repensar atitudes de assistencialismo.

Também, sem dúvida, as informações sobre o que se faz, em educação, além dos seus espaços formais, são necessárias, no sentido de saber e avaliar por que caminhos e ações esse trabalho educativo, que se desenvolve através de meios ou sistemas informais, se realiza.

Os educadores têm acentuado suas discussões sobre trabalho e educação, movidos por preocupações com a qualificação e conteúdo social, político e pedagógico. Essas preocupações contemplam os princípios e fins sociais, que implicam a garantia dos elos, cada vez mais próximos, entre os interesses públicos e os interesses educacionais.

Essa ênfase na relação sociedade, trabalho e educação se acentua num momento em que também crescem as iniciativas das OSCS e, nelas, as das ONGS, observando-se que essas iniciativas são nucleadas em processos educacionais.

Os processos educacionais, conforme se apresentam nos projetos das OSCS, não estão dissociados daqueles regularmente desenvolvidos pelas escolas da rede, observando-se, também, que o engajamento das OSCS com essas escolas concentra-se no sistema público.

Assim, a atenção às escolas públicas e ao *público* na educação, a par do reconhecimento de que nessas escolas está o atendimento às camadas populares, é uma atenção comum aos educadores que atuam na rede pública escolar e aos educadores que atuam nas OSCS.

A atenção dos fóruns de educadores e suas linhas de pesquisa aos projetos de OSCS é relevante, no interesse de ampliar oportunidades de interlocução e de estudos e reflexões conjuntas, especialmente contemplando a finalidade emancipatória, que passa pela cons-

ciência crítica e pelo significado profissional de todo trabalho com educação. É nesse sentido que se faz a “construcción efectiva de ciudadanías democráticas”:

Em muchas de nuestras sociedades constitucionalmente democráticas, hablar de educación em derechos humanos sigue siendo “politicamente incorreto”. Por ello, es pertinente reconocer que la educación em los derechos humanos es una tarea clave de la construcción efectiva de ciudadanías democráticas. (Vargas, 1998, p. 8)

Assim, é importante, sem dúvida, que a sociedade civil e suas organizações mobilizem-se e participem na construção de uma sociedade mais justa, menos desigual. Entretanto, é importante, também, que essa mobilização se faça sem perder de vista a consciência (crítica, social, política) de que a justiça e igualdade constituem parte substantiva da natureza da ação e compromisso dos governos. Desse modo, a mobilização das OSCS se dará no sentido, não só compensatório de “deficiências” da escola e da situação econômica do país, mas também no sentido de reivindicação do direito a uma política social pública em favor da qualidade e dignidade de vida e de pleno exercício das condições de cidadania.

Em síntese, o que se propõe neste estudo é que se ampliem, entre educadores sociais formalmente constituídos (professores da rede, pesquisadores, professores e alunos das universidades) e os educadores sociais “informais” e voluntários, as trocas, a aproximação, o conhecimento dos projetos e o diálogo que, através deles, pode ser promovido.

É interessante perceber, nesse aspecto, que as atuais diretrizes do curso de Pedagogia (Ministério da Educação, Comissão de Especialistas, 2001) prevê e estimula a “prática pedagógica” em instituições, não só escolares, como de OSCS. Essa perspectiva, sem dúvida, é de alargamento do alcance do trabalho educativo e da participação dos educadores profissionais em diferentes instâncias e situações nas quais esse trabalho se realiza.

Enfim, o que se deseja é “união e interlocução”, para que se estendam e fortaleçam as possibilidades educacionais, seus fundamentos e convicções, seus processos e resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIISO, C. A. Pedagogía/conflicto. Pistas para deconstruir mitos y desarrollar propuestas de convivencia escolar. *Contexto e Educação*. Ijuí: Unijuí, ano 13, n.52, p.24-52, out./dez. 1998.

MEC. Comissão de Especialistas. *Diretrizes para o curso de pedagogia*. Fev. 2001.

VARGAS, J. O. Educar en los derechos humanos, universalismo y diferencia. Hacia una pedagogía de la ciudadanía en America Latina. *Contexto e Educação*. Ijuí: Unijuí, ano 13, n.52, p.7-22, out./dez. 1998.

ANO 17

JAN./MAR.

2002